

DITADURA NUNCA MAIS



Há seis décadas, militares lideraram um golpe de Estado e tomaram o poder após a deposição de João Goulart. Ali se deu início um dos períodos mais nefastos da história da República: a ditadura militar, perdurou por 21 anos, período em que a tortura e a censura foram institucionalizadas como políticas de Estado

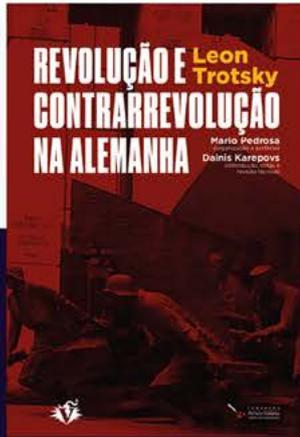
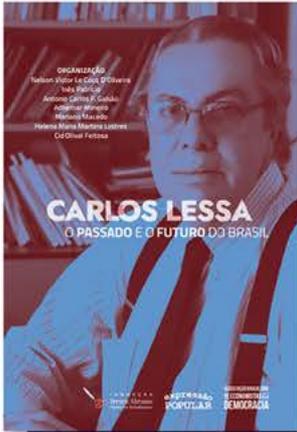
focus
BRASIL

DataFolha: 63% são contra anistia a golpistas

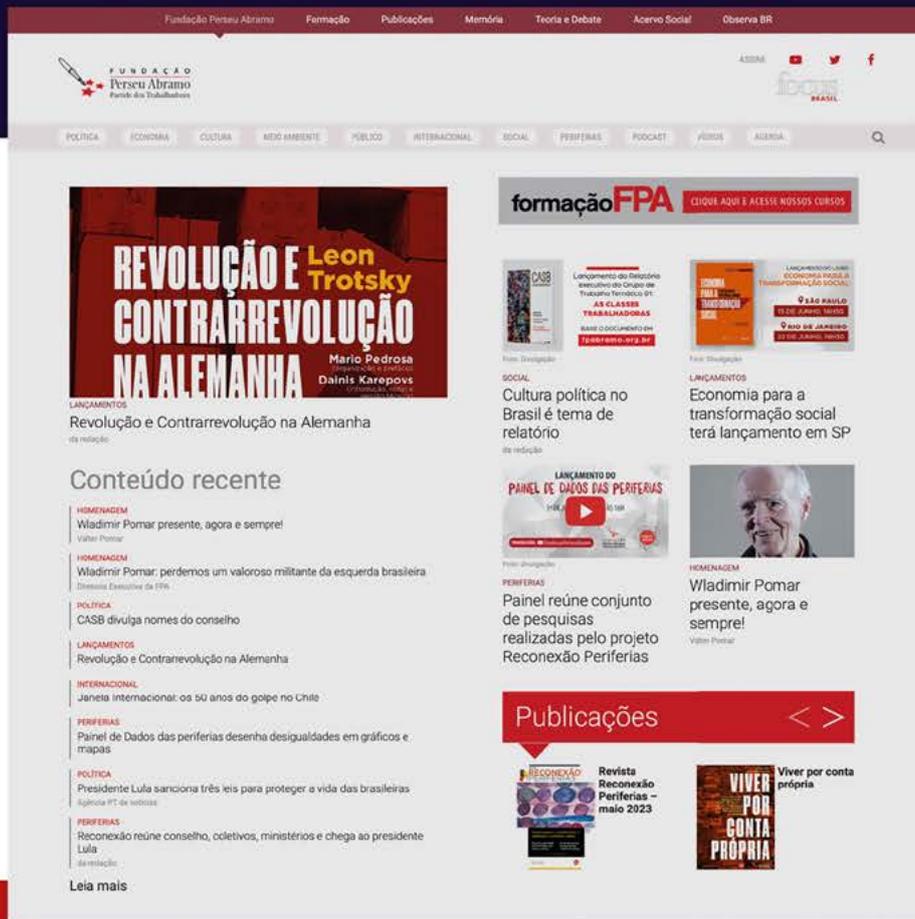
FPA inicia ciclo de debates sobre o golpe de 1964

Dia D: iniciativa petista prepara pré-candidatos

CONHEÇA A FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO



27 ANOS PRODUZINDO CONHECIMENTO E FORMAÇÃO POLÍTICA



■ **ACOMPANHE NOSSOS CANAIS E RECEBA NOSSAS PUBLICAÇÕES!**



www.fpabramo.org.br



[@fpabramo](https://twitter.com/fpabramo)



[Fundação Perseu Abramo](https://www.youtube.com/fpabramo)



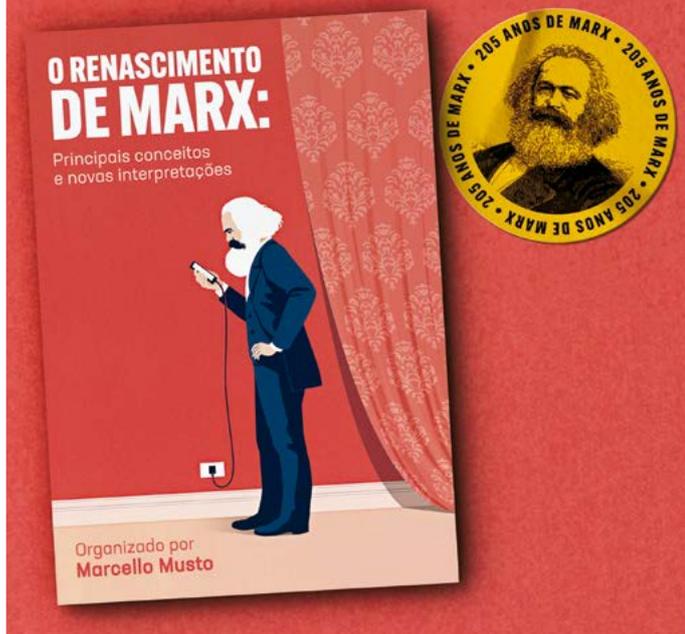
[@fpabramo](https://www.instagram.com/fpabramo)



O RENASCIMENTO DE MARX

ORGANIZADO POR MARCELLO MUSTO

adquira seu exemplar em: autonomialiteraria.com.br



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Colaboradores: Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Guto Alves,

Henrique Nunes e Nathalie Nascimento



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Paulo Okamoto

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Valter Pomar e Virgílio Guimarães

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Celso Luiz Nunes Amorim, Dilson de Moura Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes, José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif, Sandra Maria Sales Fagundes, Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto, Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas (Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo (Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres), Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338

CONTRIBUA COM A REVISTA
REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS

Convidamos ativistas, coletivos e movimentos para contribuírem com a Revista Reconexão Periferias de fevereiro.

O tema do mês será sobre as ruas, como espaços de disputa, defesa da democracia e também alegria, nas festas populares do carnaval. **Textos, artigos, fotos, ilustrações, poemas e toda forma de expressão que possa estar consolidada na Revista são bem vindos!**

Envie um e-mail para estudosperiferias@gmail.com para maiores informações.

SERÁ MUITO LEGAL TER A PARTICIPAÇÃO DE VOCÊS!

FUNDAÇÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores

REVISTA RECONEXÃO PERIFERIAS



Paulo Pinto/Agência Brasil

OS 60 ANOS DO GOLPE

No dia primeiro de abril de 1964, começava no Brasil um dos períodos mais tenebrosos de sua história, a Ditadura Militar impetrada após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, Jango, e o exilou. O país mergulhou em duas décadas de repressão violenta, perseguições, censura, torturas e sucessivas escaladas autoritárias

Página 06

CARTA AO LEITOR Mácula na História brasileira

Página 05

MANIFESTO Fundações repudiam ditadura

Página 14

para consumo avança no país

Página 21

SEM ANISTIA 63% são contra perdão a golpistas

Página 09

FPA Começa o ciclo de debates sobre a ditadura

Página 18

DIA D PT se prepara para as eleições

Página 23

GUERREIRA "Manter a memória", escreve Dilma

Página 10

ARTIGO Líder do PT na Câmara escreve sobre os anos de chumbo

Página 20

ENTREVISTA Lúdio Cabral fala sobre a disputa em Cuiabá

Página 25

ARTIGO A democracia trêmula 60 anos depois

Página 11

ECONOMIA Crédito

OBITUÁRIO Morre Liana Padilha aos 60 anos

Página 32

O GOLPE DE 1964: A MÁCULA NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Alberto Cantalice

O golpe civil-militar de 1964 ficará para sempre como nódoa incrustada na história do Brasil. Além da ruptura da ordem democrática, o que por si só é de gravidade ímpar, obstruiu a aplicação das chamadas Reformas de Base. O caráter reacionário e antinacional do golpe ficou claro com a apresentação da primeira lista de cassações do regime, bem como com a nomeação de sua equipe econômica onde pontificava Roberto Campos, conhecido como Bob Fields (pelo pró americanismo) e avô do atual presidente do Banco Central brasileiro, indicado pelo Capitão. Tudo a ver.

A ação da "Vaca Fardada", como era chamado o general Olímpio Mourão Filho, ao pôr as tropas nas ruas em Juiz de Fora, foi o corolário de uma conspiração que envolvia empresários, setores da Igreja, a Embaixada americana e parte dos generais egressos da antiga Força Expedicionária Brasileira, a FEB, cujo prócer maior era o general

Castello Branco.

O papel da UDN, União Democrática Nacional, e de setores do antigo PSD, Partido Social Democrático, principalmente entre fazendeiros como "vivandeiras de quartel", e da imprensa foi determinante para criar a crise institucional que derivou na ruptura.

As cassações

Instaurado o golpe de Estado, seus perpetradores no dia 09 de abril de 1964 soltaram a primeira lista de inimigos do novo regime. Os 10 primeiros já davam uma dimensão do que adviria com a continuidade do golpismo. Eram eles: 1-Luis Carlos Prestes; 2- João Belchior Marques Goulart; 3- Jânio da Silva Quadros; 4- Miguel Arraes; 5- Darcy Ribeiro; 6-Waldir Pires; 8-General Luiz Gonzaga de Oliveira Leite; 9- General Sampson da Nóbrega Sampaio; 10- Leonel Brizola.

Pela lista inicial percebe-se que o intuito era desmontar os setores democráticos nas Forças Armadas e quebrar a espinha dorsal do PTB e do PCB, setores que pela presença nos sindicatos e nas demais organizações da sociedade civil

chamavam o povo para o apressamento da aplicação das Reformas de Base.

A derrota histórica do povo brasileiro não foi uma derrota passageira. Foi o apagar da chama da democracia por longos 21 anos.

Repito ser a ausência de uma justiça de transição, à exemplo das que ocorreram nos países sul-americanos como Argentina, Chile e Urugua. A manutenção dessa verdadeira "espada de Dâmocles" sobre a democracia brasileira, o famigerado artigo 142 da Constituição de 1988, que mal interpretado - ou dolosamente interpretado -, coloca as Forças Armadas como uma espécie de Poder Moderador. O que é uma mentira.

A falta de punição aos golpistas de 1964 não poderá se repetir agora.

Os filhotes da ditadura que tentaram golpear a democracia tendo à frente o Capitão, alguns Chefes militares, empresários, policiais, entre outros, têm que ser severamente punidos. Não basta a captura das sardinhas. E sim, dos tubarões.

Ditadura Nunca Mais!



60 ANOS DO GOLPE DE 1964: DITADURA NUNCA MAIS

Há 60 anos, no dia primeiro de abril de 1964, começava no Brasil um dos períodos mais tenebrosos de sua história, a Ditadura Militar impetrada após o golpe de Estado que depôs o presidente João Goulart, Jango, e o exilou. O governo militar teve início com eleições indiretas, colocando o general Humberto Castelo Branco como presidente do Brasil.

Com a posse de Castelo Branco no dia 15 de abril daquele ano, a ruptura democrática ganhava vestes de patriotismo, uma luta contra o movimento comunista, com apoio de grande parte do empresariado, da imprensa e até mesmo de igrejas. O país, então, mergulhou em duas décadas de repressão violenta, perseguições, censura, torturas, assassinatos e sucessivas escaladas autoritárias.

Apesar do auge da repressão ser comumente associado ao período posterior ao final de 1968, quando foi implementado o Ato Institucional nº 5, o AI-5, pelo ditador Costa e Silva, a política linha dura começou desde sempre, era o projeto. O caráter autoritário se manifestava, claro, desde o golpe, e teve início imediato no pós-golpe, especialmente a partir do AI-2.

Em outubro de 1965, o AI-2 implementou eleições indiretas para a presidência, suprimiu partidos políticos, revogou os direitos políticos de opositores do governo e adotou outras medidas. O ato pegou os desavisados de "surpresa", apesar da grande resistência alertar, e lutar, desde o início, para avisar do perigo que se avizinhava. O AI-2 foi o primeiro a acabar com a ilusão da classe média brasileira, de parte do empresariado que apoiou o golpe e acreditou que seria um governo de transição.

Os militares chegaram para ficar - e ficaram. O objetivo era claro: interromper os avanços sociais, nominar o inimigo com o fantasma do comunismo, como se um dia de fato o Brasil tenha passado perto de uma revolução aos moldes de Cuba, o grande bode expiatório até hoje. A violência começou pela perseguição política, com a perseguição a opositores.

O AI-5 de Costa e Silva coroa e verbaliza, institucionalizando, a

Reprodução



EM NOME DE DEUS - Marcha da Família com Deus pela Liberdade: classe média foi às ruas pedir a queda do presidente João Goulart

violência praticada pelo Estado militar. Editado em dezembro de 1968, o ato deu ao ditador que ocupasse o cargo de presidente da República o poder de cassar mandatos, suspender direitos políticos de qualquer pessoa, intervir em estados e municípios, suspender Habeas Corpus para crimes políticos, decretar recesso do Congresso e assumir suas funções legislativas, censurar jornais, livros, músicas e outras obras artísticas e intelectuais. Foi o auge da repressão e violência do regime militar.

A tortura e o assassinato sistemático de militantes políticos por órgãos de repressão política, como o DOI-Codi (Departamento de Operações Internas do Exército), o Cisa (Aeronáutica) e o Cenimar (Marinha), além dos DEOPS (Departamentos de Ordem Política e Social dos estados), passaram a ser uma política de Estado.

Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade, instalada pela então presidenta Dilma Rousseff, entregou ao Planalto o relatório final que apontava e registrava o tamanho dos danos ao país, especialmente aos Direitos Humanos. O relatório confirmou 434 mortes e desaparecimentos de vítimas da ditadura militar no país. Entre essas pessoas, 210

são desaparecidas.

No documento, a CNV traz a comprovação da ocorrência de graves violações de direitos humanos. "Essa comprovação decorreu da apuração dos fatos que se encontram detalhadamente descritos no relatório, nos quais está perfeitamente configurada a prática sistemática de detenções ilegais e arbitrárias e de tortura, assim como o cometimento de execuções, desaparecimentos forçados e ocultação de cadáveres por agentes do Estado brasileiro" diz o texto.

Mais de 300 pessoas, entre militares, agentes do Estado e até mesmo ex-presidentes da República, foram responsabilizadas por essas ações ocorridas no período que compreendeu a investigação. O documento diz ainda que as violações registradas e comprovadas pela CNV foram resultantes "de ação generalizada e sistemática do Estado brasileiro" e que a repressão ocorrida durante a ditadura foi usada como política de Estado "concebida e implementada a partir de decisões emanadas da Presidência da República e dos ministérios militares".

Outro ponto de destaque das conclusões do relatório é que muitas das violações comprovadas durante o período de



investigação ainda ocorrem atualmente, apesar da existência de um contexto político diferente. Segundo o texto, “a prática de detenções ilegais e arbitrárias, tortura, execuções, desaparecimentos forçados e mesmo de ocultação de cadáveres não é estranha à realidade brasileira contemporânea” e crescem os números de denúncias de casos de tortura.

Seis décadas depois, a memória segue viva, tanto em atos de resistência, quanto na prática política diária. Recentemente, o Brasil viveu mergulhado em um governo militar, advindo de um projeto que derrubou a presidenta Dilma Rousseff em 2016, colocou em seu lugar Michel Temer e elegeu Bolsonaro, levando os militares novamente ao Planalto.

Primeiro presidente a perder uma disputa à reeleição, revela-se, agora, que o Brasil esteve perto de, novamente, de um golpe envolvendo militares, empresários e políticos. Depois dos atentados às sedes dos Três Poderes em Brasília no dia 8 de

janeiro, movimento que pedia a deposição do presidente eleito Lula, e os flagrantes episódios de aparelhamento, vigilância clandestina e trama golpistas revelados recentemente pela Polícia Federal nos dão o norte de que o esquecimento e o apagamento só podem condenar o país a repetir a História.

É preciso estar atento

Desde o final da ditadura em 1985, não foi realizado um processo definitivo de reconciliação com o passado. Isso implica que não foram adotadas medidas consistentes e eficazes relacionadas à Justiça de Transição para reparar as violações perpetradas pelos militares. Além disso, indica a ausência de uma reflexão ampla sobre o impacto danoso que o regime teve na sociedade.

Na segunda metade dos anos 1970, sob pressão da crise econômica, protestos estudantis em crescimento e greves de trabalhadores na região do ABC paulista, a ditadura revogou o AI-5 e concedeu uma anistia política

limitada. Isso resultou na impunidade dos agentes públicos responsáveis por atos de tortura e assassinato. Apesar disso, os membros do “porão” sentiram-se insatisfeitos e passaram a realizar atos terroristas, culminando na frustrada tentativa de explosão do Riocentro em 1981.

Embora a ditadura tenha chegado ao seu fim em 1985, os setores conservadores que a apoiaram, embora enfraquecidos inicialmente, continuaram presentes no cenário político do país. Eles se opuseram aos primeiros governos dos presidentes Lula e Dilma Rousseff, que retomaram a agenda reformista iniciada por Jango.

Esses setores retornaram ao poder em 2018 com a eleição de Jair Bolsonaro, que tentou minar a democracia em 8 de janeiro de 2023. Graças à mobilização da sociedade civil e dos movimentos populares, essa tentativa fracassou. No entanto, esse episódio evidenciou que as forças reacionárias mantêm uma postura golpista.



DATAFOLHA: 63% SÃO CONTRA ANISTIA A RESPONSÁVEIS PELOS ATAQUES DE 8 DE JANEIRO

PT defende punição de “todos, desde seu comandante, Jair Bolsonaro, aos generais e chefes militares golpistas, empresários e demais envolvidos na conspiração”

Anistia aos responsáveis pelos ataques às sedes dos Três Poderes, em 8 de janeiro de 2023, é rejeitada por 63% dos brasileiros. Esta é a conclusão de levantamento divulgado pelo Instituto Datafolha nesta sexta-feira (29).

Até o momento, foram instauradas 1.354 ações penais contra

participantes dos atos criminosos, com 116 pessoas já condenadas. Desse total, 1.113 ações foram suspensas para a PGR avaliar possíveis acordos para crimes de menor gravidade.

Em nota do Diretório Nacional, divulgada nesta terça-feira, 26, o PT defende a punição exemplar de todos que atentaram contra a democracia. “Todos”, destacou a nota, “desde seu comandante,

Jair Bolsonaro, aos generais e chefes militares golpistas, empresários e demais envolvidos na conspiração”.

“O PT reforça a mobilização contra a anistia aos golpistas, exige punição de todos que planejaram, financiaram e organizaram a conspiração golpista e os atentados de 8 de janeiro, sejam civis ou militares”, afirmou ainda o DN do partido.



DILMA ROUSSEFF: MANTER A MEMÓRIA PARA QUE A TRAGÉDIA NÃO SE REPITA

Manter a memória e a verdade histórica sobre o golpe militar que ocorreu no Brasil há 60 anos, em 31 de março de 1964, é crucial para assegurar que essa tragédia não se repita, como quase ocorreu recentemente, em 8 de janeiro de 2023. Como tentaram agora, naquela época, infelizmente, conseguiram. Forças reacionárias e conservadoras se uniram, rasgaram a Constituição, traíram a democracia, e eliminaram as conquistas culturais, sociais e econômicas da sociedade brasileira. O presidente João Goulart, legitimamente eleito, foi derrubado e morreu no exílio.

No passado, como agora, a História não apaga os sinais de traição à democracia e nem limpa da consciência nacional os atos de perversidade daqueles que exilaram e mancharam de sangue, tortura e morte a vida brasileira durante 21 anos. Tampouco resgata aqueles que apoiaram o ataque às instituições, à democracia e aos ideais de uma sociedade mais justa e menos desigual. Ditadura nunca mais!



A DEMOCRACIA TRÊMULA: 1º DE ABRIL DE 1964, 60 ANOS DEPOIS

A revista Teoria & Debate, tradicional publicação da Fundação Perseu Abramo, terá publicação impressa com o tema “Uma Radiografia do Golpe de 1964”. A publicação traz artigos de José Dirceu, Tarso Genro, Milton Temer, Marilena Chauí, Marly Viana, Raul Pont, Frei Chico, Ivo Lebauspín, Matilde Ribeiro entre outros. Confira abaixo, com exclusividade, um dos artigos da edição, de Emiliano José e Hamilton Pereira (Pedro Tierra).

Não há como obscurecer os vínculos diretos entre os fatos de 8 de janeiro e os defensores e herdeiros diretos do golpe de 1º de abril de 1964

A memória se constitui como fato relevante na história e nas culturas dos povos quando con-

vertemos as recordações individuais ou de grupos em ação coletiva. Portanto, em Política. Em ação cultural permanente voltada para esculpir, em todas as linguagens, valores que dialoguem com as gerações presentes e futuras. Assim se desenha a fisionomia de uma nação. Com objetivos definidos e projeto de

desenvolvimento soberano. Fora isso, é condenar-se a repetir a tragédia circular da submissão colonial que nos persegue há cinco séculos.

Diante do silêncio do Estado, os segmentos democráticos da sociedade brasileira não podem renunciar ao seu direito de recuperar a trajetória dos movi-

mentos sociais e populares que resistiram à ditadura de todas as formas e em todas as frentes. Essa é uma tarefa indispensável para romper o cerco do neofascismo e do neoliberalismo que nos sitiam – um e outro são incompatíveis com a democracia – e dar o passo seguinte na reconstrução democrática.

A punição – em curso – dos responsáveis pelo 8 de janeiro, não pode ser compreendida e executada como uma operação cirúrgica que em si mesma se encerra. Nunca foi tão oportuno recuperar a reflexão de Nabuco se referindo à escravidão: “Acabar a escravidão, não basta. É preciso acabar com a obra da escravidão”. Esse crime continuado que deixou marcas profundas, indelével, nas relações sociais do Brasil.

Não basta, portanto, punir os planejadores, executores, mandantes e financiadores do 8 de janeiro, perpetrado pelas hordas neofascistas. É necessário abolir a cultura golpista, que deitou raízes profundas no estamento militar brasileiro, cultivada ao longo do século 20. Não é compreensível que a redemocratização do país, após a Constituição de 1988, não tenha produzido uma profunda reforma curricular nas Escolas Militares. Elas foram os mecanismos responsáveis pela formação dos quadros dirigentes do golpe de estado que pôs abaixo o governo democrático do Presidente João Goulart.

O 1o de abril de 1964, os Atos Institucionais, em particular o Ato Institucional Nº 5, de 13 de dezembro de 1968, cristalizaram a cultura autoritária que permeia a historicamente a ação do Estado até o último guichê, no último município do Brasil em sua relação com as cidadãs e os cidadãos, na prestação dos serviços públicos do dia a dia.

A partir do momento em que

absorveram a noção do “inimigo interno”, disseminada pela estratégia do Império no marco da guerra fria, que polarizou o mundo do pós-guerra, os militares brasileiros passaram a se perceber como tropa de ocupação num território hostil.

Quem eram as forças hostis? Quem era o inimigo? Era o povo. Eram as classes trabalhadoras assalariadas, eram os camponeses mobilizados nas Ligas, mais aquele imenso contingente de excluídos de qualquer oportunidade na competição desigual estabelecida pelo capitalismo industrial em ascensão.

Essas forças sociais, à medida em que se organizaram nos seus sindicatos e associações, foram vestidas cuidadosamente pelo discurso conservador com a fantasia do “comunismo” que ameaçava deus, a família, a propriedade e a civilização ocidental. Suficiente para justificar o golpe de Estado que rasgou a Constituição de 1946, depôs o Presidente legítimo João Goulart pela força das armas e se atribuiu a legitimidade da boca dos canhões. E permaneceu por mais de vinte anos no poder.

Entre 1964 e 1988, quando o país novamente pode escrever uma nova Constituição pelas mãos dos seus escolhidos, a ditadura civil-militar havia instituído o mais capilar sistema de informações, controle social e repressão que o Brasil já conhecera.

A partir de 1968, com o Ato Institucional no 5, o regime consolidou o Estado Policial, centralizando no Sistema Nacional de Informação – SISNI, ligado diretamente ao gabinete do comando do Exército, todo o aparato repressivo: desde os alcaçuetes recrutados dentro das prefeituras dos mais longínquos municípios, os Rotary Clubes, os Lions Clubes, as salas de aula, as Delegacias de Ordem Política e

Social, os DOPS, as Divisões de Segurança e Informações nos Ministérios (DSIs), os Serviços de Informações de cada uma das Forças Armadas (CIEx, CISA e CENIMAR), o sistema dos DOI-CODIs, coordenados todos pelo Serviço Nacional de Informações (SNI).

Aqui está esboçada de forma panorâmica a estrutura material que deu suporte ao exercício do arbítrio e da violência, das torturas, dos assassinatos e desaparecimentos forçados contra cidadãs e cidadãos brasileiros ao longo dos anos de chumbo e não foi desfeita essa teia, pelos regimes democráticos a partir de 1988.

É conhecido o relato de um educador popular na periferia de uma grande cidade brasileira, depois de uma chacina, sobre a monstruosidade do AI-5 e seus efeitos na época da ditadura, sua duração por dez anos e a resposta contundente de um dos seus interlocutores: “Aqui ele nunca foi revogado”. A militarização das polícias estaduais constituiu um modelo de “forças auxiliares” equipadas e treinadas para reprimir os negros, os pobres, os vulneráveis, esse imenso contingente de marginalizados, expelidos pelo mercado de trabalho formal.

Esse modelo herdado da ditadura civil-militar se perpetua até hoje em cada chacina contra a juventude negra das periferias, contra os negros e os pobres do Brasil. Como se vê, a obra da ditadura permanece e se aprimora: é um passado que se recusa a se afastar de nós.

Diferentemente dos nossos vizinhos mais próximos, alvos das sangrentas ditaduras comandadas pelo Departamento de Estado, que assolaram o continente durante os anos 1960/70, não podemos afirmar que o Brasil viveu um efetivo processo de Justiça

de Transição. A conciliação pelo alto, mais uma vez não permitiu. Lá, na Argentina, no Uruguai, no Chile os generais foram para a cadeia. Aqui para aposentadoria.

Insinua-se, sempre que se apresenta essa cobrança, feita pelos diretamente atingidos pela repressão da ditadura - e os familiares de mortos e desaparecidos políticos - que houve um pacto para que se consumasse a transição para a democracia. Nesse momento é sempre oportuno lembrar Mandela: "Prisioneiros não fazem pactos". Trata-se de uma falácia. Tratou-se, na realidade, de uma imposição que permitiu aos fardados a retirada da cena política sem perdas, arrastando consigo sob o manto verde-oliva para a impunidade, a escória de torturadores, assassinos, estupradores, responsáveis por crimes imprescritíveis contra a humanidade.

Ninguém está interessado em remoer o passado. Ao contrário, o que exigem os setores democráticos da sociedade é a efetivação das medidas cabíveis, pertinentes ao Estado. Elas não são muitas. As 29 recomendações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), entre elas a conclusão das buscas dos mortos e desaparecidos, já seriam um avanço considerável, que permitiria ao país "virar a página". E, a partir daí, reconstruir o caminho da Democracia, liberto de uma vez por todas dos fantasmas que o atormentam sempre que a oportunidade se ofereça, como ocorreu no 8 de janeiro de 2023.

Não há como obscurecer os vínculos diretos entre os fatos de 8 de janeiro e os defensores e herdeiros diretos do golpe de 1º de abril de 1964.

Além de todas as evidências ostentadas por seus promotores, as investigações conduzidas pela Polícia Federal, pelo Ministério Público e pelo Judiciário

lançaram luz, por exemplo, sobre a participação direta de tipos como o general da Reserva do Exército Augusto Heleno Ribeiro, o mesmo esbirro que era ajudante de ordens de Sylvio Frota, quando da tentativa de golpe derrotada por Ernesto Geisel em outubro de 1977 e Chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República, durante o mandato do energúmeno.

É preciso que se diga: se o 1º de abril de 1964 foi a tragédia para o país que todos conhecemos, que travou por mais de duas décadas o projeto de desenvolvimento soberano do país, ao preço do sangue dos que resistiram em nome dos interesses nacionais e da democracia, o 8 de janeiro de 2023 encenou a farsa que hoje está sendo exposta pelas instituições, aos olhos da cidadania.

Os desafios da reconstrução democrática sob o cerco do neofascismo não nos permitem inventar atalhos. A sombra projetada pela ditadura civil-militar sobre nós, interpela de diversas formas a sociedade brasileira. A marca da violência que define as relações entre Estado e Sociedade e se dissemina de forma assustadora nas relações intersociais - nos discursos de ódio - nos impõe a necessidade de refletir sobre o que poderíamos definir como "a banalidade da tortura", parafraseando Hannah Arendt.

"A tortura é um crime hediondo, não é ato político nem contingência histórica e afeta toda a humanidade, na medida em que a condição humana é violentada na pessoa submetida a esse crime. Quando alguém é torturado, somos todos atingidos duplamente: em nossa humanidade e em nossa cidadania. A prática da tortura é inaceitável e seus executores deverão ser punidos a qualquer tempo".(Marco Antônio Barbosa, Jurista, ex-Presidente

da Comissão Especial sobre mortos e Desaparecidos Políticos, 2006).

A lúcida reflexão de Marco Antônio Barbosa converge com o desafio da sociedade brasileira no momento dos sessenta anos do golpe de estado de 1º de abril de 1964. Trata-se de um exercício indispensável para que possamos encarar o espelho do passado como uma nação madura e incorporar as áreas de sombra no rosto que moldamos naquelas duas décadas. E para entendermos sua solução como Política de Estado. Um conjunto de critérios e procedimentos perenes capazes de transcender as contradições inevitáveis deste ou daquele mandato.

Não seria compreensível nem tolerável, que a reconstrução da democracia alemã depois da derrota do nazismo, convivesse no pós-guerra com o silêncio ou a cumplicidade com figuras sinistras como Martin Boormann, Joseph Mengele, Klaus (Altman) Barbie, Rudolf Hess, Eichmann e com os crimes que cometeram contra os judeus, os ciganos, os comunistas, os homossexuais, etc. Lá, eles foram responder diante dos tribunais, aqui para a reserva remunerada, celebrados, emprestando seus nomes às novas turmas de cadetes.

Herdeira de um império escravocrata, a sociedade brasileira alcança o século XXI com uma república inconclusa, emparedada por uma cultura oligárquica e uma democracia trêmula, sitiada por um passado que se recusa a ser passado e atormenta o cérebro dos vivos.

Brasília, 1º de abril de 2024.

Pedro Tierra, poeta. Ex-presidente da Fundação Perseu Abramo. Militante da Resistência à ditadura (1964-1988) e ao neofascismo contemporâneo.

Emiliano José, jornalista e escritor, autor de Lamarca: O Capitão da Guerrilha com Oldack de Miranda, Carlos Marighella: O Inimigo Número Um da Ditadura Militar, Waldir Pires - Biografia (v. I), entre outros



Agência Senado

1964-2024: DITADURA NUNCA MAIS!

Posição do Observatório da Democracia de abril de 2024
Porque devemos seguir lutando para que o Brasil seja efetivamente democrático para todo o povo brasileiro

Assinam as Fundações do PT, PCdoB, PDT e PSB

Fundação Perseu Abramo

Fundação João Mangabeira

Fundação Leonel Brizola - Alberto Pasqualini

Fundação Maurício Grabois

Fundação Instituto Cláudio Campos

1. No próximo dia 1º abril, completam 60 anos do golpe que implantou uma ditadura militar no país.

2. A ditadura interrompeu o

processo de transformação que, naquele momento, estava sendo levado adiante pelas Reformas de Base do presidente João Goulart.

3. Apesar de seu curto período de governo, Jango sancionou as leis que criaram a Eletrobras e o Estatuto do Trabalhador Rural - que estendia os direitos trabalhistas e previdenciários ao campo - e a que limitava a exportação de produtos para o exterior, cujos projetos haviam sido encaminhados por

Getúlio cerca de dez anos antes.

4. Além disso, a 15 março de 1964, depois de haver decretado a encampação das refinarias de petróleo, encaminhou ao Congresso mensagem em que detalhava o conjunto das Reformas de Base, destacando-se a Reforma Agrária, destinada ao fortalecimento do mercado interno para as indústrias e a tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas e submetidas ao comércio especulativo, com o objetivo de abastecer as popu-

lações urbanas, conforme Jango explicitou na mensagem ao Congresso.

5. O golpe militar executado em 1964 foi construído ao longo dos embates que ocorreram durante os dez anos anteriores, com a direita udenista tentando, em várias ocasiões, tomar o governo de assalto.

6. A reação do udenista Carlos Lacerda, quando foi montada a chapa para suceder Getúlio, com Juscelino Kubistchek como candidato a presidente e o principal herdeiro político do getulismo, João Goulart, como candidato a vice, foi repetir o que já havia dito sobre Getúlio nas eleições de 1950: "Juscelino não pode ser candidato. Se for, não pode ganhar, se ganhar, não pode assumir, se assumir, não pode governar", revelando o ranço golpista da direita brasileira.

7. A UDN, principal agremiação da direita brasileira na época, participou de todas as eleições desde a redemocratização de 1946 e perdeu todas, sempre tendo um militar como candidato (exceto quando apoiou Jânio Quadros, em 1960), revelando uma simbiose entre as lideranças da direita civil e uma parcela da cúpula militar.

8. Encabeçando a preparação golpista na área civil, estavam os governadores dos Estados da Guanabara (Carlos Lacerda), de São Paulo (Adhemar de Barros) e de Minas Gerais (o banqueiro Magalhães Pinto).

9. Como aconteceu e segue acontecendo em outros lugares, os Estados Unidos participaram da conspiração golpista desde o início. Um dos seus principais instrumentos de intervenção foi o financiamento de campanhas eleitorais de candidatos ao Congresso por meio do Instituto Brasileiro de Ação Democrática

(Ibad). Em entrevista, o general reformado Hélio Ibiapina revelou que o Ibad possuía ligações com a Agência Central de Inteligência (CIA). CPI do Congresso à época comprovou o financiamento por empresários estadunidenses, o que levou a seu fechamento.

10. A conspiração nos meios militares tinha como ponta de lança o general Golbery do Couto e Silva, autor do livro que, inspirado na Doutrina de Contra-Insurgência, surgida para legitimar a "guerra fria", formulou os fundamentos para a famigerada doutrina da segurança nacional, que cria a fantasia de que haveria um "inimigo interno", cujo combate caberia às Forças Armadas do país. O "inimigo externo", supostamente a União Soviética, seria combatido pelos Estados Unidos.

11. Qualquer corrente política que contrariasse os interesses dos EUA na região era imediatamente qualificada de "comunista" ou de agente interno da União Soviética.

12. Para promover essa luta política e ideológica, o general Golbery do Couto e Silva montara o Instituto de Pesquisas e Estudo Sociais (Ipes) que, com apoio dos EUA, pregava a defesa da moral e dos bons costumes da família brasileira, do direito à propriedade privada e à livre iniciativa empresarial, sem esquecer, evidentemente, uma das principais bandeiras da direita, que era a defesa do capital estrangeiro.

13. O Ipes produzia os materiais divulgados pela mídia e os parlamentares financiados pela entidade anticomunista coirmã, o Ibad. A equipe do general Golbery adotou a linha de disseminar a mentira de que João Goulart era o representante interno do "comunismo soviético"

e que iria implantar uma "ditadura comunista" no país, que seria convertida em "satélite da União Soviética".

14. Para respaldar esse festival de mentiras, que só perde para o espalhamento de "fake news promovido pelos bolsonaristas, inventaram que a bandeira da Reforma Agrária era uma proposta comunista. Obviamente os comunistas defendiam a reforma agrária, assim como defendem outras bandeiras que nem por isso são "comunistas". Na mesma linha, os golpistas se diziam os verdadeiros representantes da democracia no país, acusando a esquerda comunista e trabalhista de ser "golpista".

15. Para o general golpista Golbery do Couto e Silva, o objetivo desse arsenal de mentiras era criar o clima psicossocial para o golpe.

16. Jango deixou claro, por exemplo no discurso feito em 13 de março de 1964, por que defendia a reforma agrária: criar mercado para a indústria e, ao mesmo tempo, fornecer alimentos e matérias primas para a cidade; em suma, fortalecer o capitalismo no Brasil, mas não o capitalismo dependente adorado por seus críticos, mas um capitalismo autônomo, com base no mercado interno.

17. O general Humberto de Alencar Castelo Branco, depois marechal, então chefe do Estado maior das Forças Armadas, foi o comandante da conspiração, mas submisso às orientações emanadas da embaixada dos EUA. Lincoln Gordon, embaixador, comentou que Castelo Branco era "muitas vezes demasiadamente a favor dos Estados Unidos".

18. Articulado pelo governador Magalhães Pinto, o general Olímpio Mourão Filho, que



Paulo Pinto/Agência Brasil

comandava a 4ª Região Militar/ Divisão de Infantaria, em Minas Gerais, precipitou o golpe. Castelo Branco tentou dissuadi-lo, alegando que não chegara o momento e que suas tropas seriam massacradas pela força militar sediada no Rio de Janeiro, mas ele continuou. O governo dos EUA, enquanto isso, montava a Operação Brother Sam, que consistiu na utilização da Marinha e da Força Aérea daquele país em apoio ao golpe de 1964.

19. Tratava-se, então, de um golpe civil-militar, mas, tão logo chegaram ao poder, os líderes militares passaram por cima dos civis e implantaram uma ditadura militar.

20. Para favorecer os interesses do grande capital, especialmente o estrangeiro, a revogação da lei que limitava a remessa

de lucro e o fim da estabilidade no emprego estão entre as primeiras medidas adotadas pelo novo regime, que deflagrou um processo violento de arrocho salarial, para isso intervindo em sindicatos, prendendo e torturando líderes sindicais, muitos dos quais tiveram de se exilar.

21. Também mandatos de parlamentares foram cassados, os estudantes perseguidos, presos e torturados, inclusive com o fechamento da União Nacional dos Estudantes (UNE) e do Centro Popular de Cultura da UNE (CPC-UNE); foi fechado o Instituto Superior Estudos Brasileiros (ISEB), considerado a oficina do pensamento nacional-desenvolvimentista. Nas Forças Armadas, a sanha persecutória da ditadura se abateu sobre os oficiais e praças que se identificavam, de uma

outra forma, com as Reformas de Base.

22. Rapidamente a ditadura cancelou as eleições presidenciais previstas para 1965. Manteve as estaduais para governador, mas, com a vitória da oposição no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o regime cancelou as eleições diretas para governador e fechou os partidos políticos, determinando que poderiam existir apenas dois partidos. Foi assim que surgiram a Aliança Renovadora Nacional (Arena) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). A primeira para apoiar o governo e o regime e o segundo poderia até criticar o governo, mas não o regime.

23. No primeiro triênio do regime, sob o comando do trio monetarista Octavio Gouveia de Bulhões, Roberto Campos e Má-

rio Henrique Simonsen, a economia esteve em crise.

24. Nesse período de crise econômica, realizou-se intensa resistência democrática. Houve uma crescente mobilização estudantil, que culminou com as manifestações de 1968; os trabalhadores igualmente viveram um processo de mobilização que culminou nas greves de Contagem e Osasco, também em 1968. No MDB, vários parlamentares denunciavam o regime e por isso eram cassados.

25. Reagindo a isso, a ditadura editou o AI-5 (Ato Institucional número 5), um golpe dentro do golpe, produzindo um endurecimento do regime, tornando-o mais repressivo ainda, não deixando muito espaço para a luta política legal. Várias organizações empreenderam a resistência democrática sob a forma de luta armada.

26. Coincidindo com esse período mais duro da ditadura, ocorreu de 1968 a 1973 o chamado "milagre brasileiro". O PIB cresceu, em média, a 11,5% ao ano, devido em primeiro lugar a manutenção de alguns instrumentos herdados do nacional-desenvolvimentismo, tais como o investimento e o financiamento públicos, empresas estatais, o protecionismo tarifário e não tarifário, compras governamentais; em segundo, ao brutal arrocho salarial que alavancou a lucratividade das empresas, particularmente aquelas que não dependem do mercado interno de massas, estimulando o ingresso de empresas estrangeiras; e, por último, ao capital estrangeiro, que veio em grande volume depois do golpe dentro do golpe e da retomada da economia.

27. O MDB - cuja criação havia sido consentida, mas não deveria se opor ao regime, apenas

podia criticar o governo - começou a mudar a partir do surgimento do "grupo autêntico" e da decisão do deputado Ulysses Guimarães, presidente da sigla, de aceitar disputar, em 1973, a Presidência da República com o general Ernesto Geisel, no Colégio Eleitoral.

28. A campanha de Ulysses contribuiu para a importante vitória da oposição nas eleições de 1974 para o senado. O MDB elegeu então 16 senadores das 22 vagas em disputa.

29. O embate com a ditadura avançou bastante a partir de então. Isso levou o general Ernesto Geisel, que implementava o II Plano Nacional de Desenvolvimento, a iniciar um programa de "abertura lenta, gradual e segura", ainda que mantivesse o assassinato seletivo de "inimigos do regime".

30. Neste período o Brasil foi fortemente atingido pela crise da dívida externa. O arrocho salarial afetou a classe trabalhadora. A luta política no país passou a se concentrar nessa questão. Aconteceu uma onda de lutas, inclusive, em julho de 1983, a primeira greve geral no período da ditadura.

31. A economia brasileira mergulhou em uma profunda e duradoura crise. Uma de suas causas estava naquilo que Leonel Brizola chamava de perdas internacionais.

32. Em nível político, afastou-se do regime parcela fundamental de suas bases, levando-o a uma séria crise política. Nesse contexto ocorrem a anistia, a legalização dos partidos e a revogação do AI5. Nas eleições de 1982, os partidos de oposição venceram, entre outros, nos Estados de Minas-Rio-São Paulo.

33. Nesse contexto, ocorreu

a campanha das Diretas-Já, que mobilizou milhões de brasileiros e brasileiras, exigindo eleições diretas para presidente da República com a votação da Emenda Dante de Oliveira. A emenda conquistou maioria de votos na Câmara (62%), mas não foi aprovada devido à exigência constitucional de dois terços dos votos.

34. Entretanto, Tancredo Neves, então governador de Minas Gerais e um dos principais dirigentes do MDB, foi indicado para disputar a Presidência da República, tendo como vice o senador José Sarney, recém-rompido com o PDS, base do regime militar. A chapa teve ampla maioria de votos no Colégio Eleitoral (72%), reunido em 15 de janeiro de 1985.

35. Tancredo de Almeida Neves, que fora ministro da Justiça do último governo de Getúlio e primeiro-ministro no período parlamentarista de João Goulart, adoeceu às vésperas da posse, que seria no dia 15 de março, vindo a falecer no dia 21 de abril de 1985. O vice José Sarney assumiu a presidência em seu lugar. Com isso se encerrava o ciclo de presidentes militares. Mas só em 1989 ocorreriam as eleições diretas para presidente da República.

36. Desde então, e até hoje, seguem presentes inúmeras sequelas da nefasta ditadura militar, assim como segue viva a luta pelas transformações estruturais em nosso país, pelas Reformas de Base que o golpe e a ditadura bloquearam.

37. Devemos, portanto, render nossas homenagens aos que lutaram contra o golpe e a ditadura; e aos que seguem lutando, hoje, para que o Brasil seja efetivamente democrático para todo o povo brasileiro.



FPA: CICLO DE DEBATES SOBRE OS 60 ANOS DO GOLPE TEM LANÇAMENTO NO RIO

Para não esquecer e jamais permitir que se repita: FPA dá início um ciclo de debates públicos sobre os 60 anos do golpe empresarial-militar de 1964. Primeiro encontro aconteceu no Rio, com lançamento de documentário de Silvio Tendler



Na última quarta-feira (27), a Fundação Perseu Abramo realizou (FPA), na sede do PT do Rio de Janeiro, o debate “Ditaduras na América Latina”, com a participação da professora e pesquisadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maria Paula Araújo, dos diretores da instituição, Valter Pomar e Ellen Coutinho.

Na ocasião, houve também o lançamento de documentário inédito do consagrado diretor de cinema Silvio Tendler, intitulado “Memória e Exílio”, com a presença do cineasta, que também participou do debate. Lançado agora como curta, o filme será exibido como longa-metragem ainda este ano, segundo o diretor. A obra pode ser assistida no canal da Fundação Perseu Abramo no YouTube.

O evento faz parte de uma iniciativa da FPA e do Centro Sérgio Buarque de Holanda (CSBH), coordenado pela diretora Ellen Coutinho: um ciclo de debates públicos sobre os 60 anos do golpe empresarial-militar de 1964.

“Não é só que a gente lembra aquilo que viveu”, destacou a professora e historiadora Maria Paula Araújo, se referindo ao trabalho de memória da ditadura. “A forma como a gente lembra, a forma como a gente sente, pen-

sa, rememora, é também uma forma conjunturalmente dada. A gente vive, lembra e pensa dentro de um campo semântico que é emocional, existencial, subjetivo”

Valter Pomar, também historiador e professor da UFABC, fez referência às vítimas de perseguições a militantes e opositores, mas ressaltou que a grande vítima da ditadura, em síntese, é a sociedade brasileira. “A grande vítima da ditadura é o povo, não quem lutava combatendo”, pontuou o diretor da FPA.

“Tudo que a gente tem de negativo no Brasil hoje, é herança do que a ditadura nos deixou e o oposto do que nós teríamos se o golpe não tivesse acontecido ou se tivéssemos derrotado. Éramos pra ser outro país.”

Uma das organizadoras do encontro no Rio, a diretora Ellen Coutinho, diretora da FPA e responsável pelo Centro de História e Documentação Sérgio Buarque de Holanda, afirma que o ciclo de debates faz parte da resistência popular a todos os autoritarismos, velhos ou novos.

“O ciclo busca contribuir com as discussões sobre o golpe militar no Brasil e o cenário internacional naquele período, abordando os prejuízos políticos, econômicos e sociais causados pela ditadura, bem como a luta e conquista da democracia”, diz Ellen.

“Promover este espaço é importante para debatermos o golpe, o militarismo, os processos de transição e as fundamentais lutas políticas e populares contra o autoritarismo. Lembrar para não esquecer, para honrar a memória de todas e todos que lutaram pelo fim da ditadura, e para que nunca se repita em nosso país”.

Além do público presente, o debate contou com transmissão ao vivo do PT do Rio de Janeiro e também no canal do YouTube da FPA.

A próximas mesa do Ciclo de Debates terá como tema o “Apoio dos meios de comunicação e empresariado”, dia 10 de abril, em Salvador (BA), com presença de Emiliano José, Matilde Ribeiro, Luiz Dulci e Marcelino Galo, no Sindae - Sindicato dos Trabalhadores em Água, esgoto e Meio Ambiente no estado da Bahia, às 19h.

No dia 24 de abril, acontece a mesa “Autoritarismo e repressão”, Belém (PA), às 19h, na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A quarta mesa, “Militares e política: golpismo e entraves à democracia no Brasil” acontecerá em Olinda, em local ainda a confirmar. O encerramento será em Porto Alegre, com a quinta e última mesa, que debaterá os efeitos nefastos da ditadura militar no Brasil em áreas sociais e econômicas.

ONTEM E HOJE: DITADURA NUNCA MAIS!

Odair Cunha

Os 60 anos do golpe militar que inaugurou uma ditadura de 21 anos nos exige uma reflexão profunda sobre os seus significados para a sociedade brasileira. É imperioso recordar e repudiar o que ocorreu ao longo de duas décadas, período marcado por censura, violência, perseguições, sequestros e execuções cometidas por agentes públicos do Estado brasileiro. A derrubada de João Goulart, em 1º de abril de 64, inaugurou um triste capítulo de nossa história, com a supressão de direitos e das liberdades democráticas.

Como parlamentar, eleito pelo voto popular, o primeiro ponto que destaco é o ataque que o regime promoveu contra o povo, ao suprimir ou manipular as eleições, inclusive com a criação dos agentes políticos biônicos como prefeitos e senadores, indicados pelos ditadores de plantão para exercer mandatos sem o voto do povo. Uma aberração.

O Congresso Nacional foi fechado quatro vezes, em 1965, 1966, 1968 e 1977, com a cassação de mandatos e perseguição a parlamentares, numa onda de violência que varreu o país sob a égide de atos institucionais. O



caso mais emblemático é o do assassinato do deputado federal Rubens Paiva, após ser submetido a prisão ilegal e sessões de tortura.

A população brasileira, que hoje exerce regularmente o direito de escolher os membros de Executivos e Legislativos, foi tolhida, e, em duas décadas, não pôde expres-

sar plenamente a prerrogativa democrática de exercer o voto. E isso se refletiu diretamente no dia a dia da população.

Com o centralismo do poder nas mãos de militares, oligarquias e donos do grande capital aliados à casta militar, o resultado não podia ser pior. Dados da inflação foram mascarados, para iludir a população sobre o chamado “milagre econômico”. O arrocho salarial, a carestia e a fome marcaram o período. A censura impediu até a divulgação de epidemia de meningite. Povos indígenas foram massacrados. Quem lutava por educação, democracia, melhores salários, ia preso, podia ser torturado e até morto. Milhares de brasileiros foram levados ao exílio.

Deploravelmente, há ainda segmentos da sociedade brasileira presentes no Estado brasileiro que sustentam uma cultura de violência, truculência e autoritarismo e seguem defendendo e conspirando para rupturas de-

mocráticas. A tentativa de golpe ocorrida no dia 8 de janeiro de 2023 enquadra-se nesse contexto. Felizmente, as instituições reagiram rapidamente.

Do mesmo modo, é fundamental a recriação imediata da Comissão Especial Sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, que funcionou plenamente nos primeiros governos Lula e no governo Dilma, tendo sido extinta pelo governo passado. Trata-se de instrumento essencial, uma ação de reparação e Justiça.

A história dos regimes democráticos no mundo é indissociável dos avanços nos campos dos direitos e da justiça social. É por meio da democracia que se desenvolve a cidadania, com liberdade para expressar posicionamentos e pontos de vista, bem como exercitar o protagonismo de cada sujeito de direito, com participação ativa nas definições dos rumos da sociedade, na elaboração de projetos, programas, ações, bem como no desenvolvimento e na criação de leis, seja diretamente ou através do voto, com a eleição de representantes.

A lição histórica sobre o capítulo inaugurado por 1964 é de que a democracia é um valor a ser preservado que nos exige posicionamento firme e nítido em sua defesa.

Aprofundar e qualificar a democracia brasileira: ditadura nunca mais!

(*) *Deputado federal por Minas Gerais e líder do PT na Câmara dos Deputados*



Reprodução

EFEITO LULA: CRÉDITO PARA CONSUMO AVANÇA MAIS E PODE IMPULSIONAR PIB EM 2024

Matéria do Valor Econômico diz que esse movimento é causado por fatores como aumento dos empregos e da renda e a queda da inadimplência

Agência PT

Em meio à melhoria do cenário econômico no país, as concessões de crédito para o consumo de bens (veículos, por exemplo) têm crescido a um ritmo mais forte do que as relacionadas à contratação de dívidas - cartão à vista, parcelado e arrendamento, e como crédito de dívida, cheque especial, crédito pessoal não consignado, parcelado e rotativo. Para especialistas ouvidos pelo jornal Valor Econômico, esse movimento se fortale-

ceu neste início de ano e pode dar uma contribuição importante para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo a matéria do Valor, publicada nesta segunda-feira (1), o crédito livre à pessoa física associado ao consumo subiu o dobro daquele ligado a dívidas: 14,4%, contra 7,1%, ante igual período de 2023. "Não são coisas apartadas, a divisão tem intersecções. Mas é uma forma de olhar linhas mais condizentes com a lógica de consumo e outras ligadas a um endividamento caro", diz Marco Caruso, econo-

mista-chefe do PicPay, entrevistado pelo jornal.

A notícia do Valor cita entre as principais causas desse movimento o aumento da geração de empregos e da renda e a queda da inadimplência.

Os fatores citados pelo jornal são resultantes de diversas ações governo Lula que contribuem para o aquecimento da economia, como o fortalecimento dos investimentos federais, a ampliação de crédito pelos bancos públicos, a renegociação de dívidas pelo programa Desenrola Brasil, políticas de transferência

de renda, como o Bolsa Família; ampliação da taxa de isenção do Imposto de Renda até dois salários mínimos e a antecipação do 13º dos aposentados e pensionistas que recebem benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Aumento do saldo de crédito em 2024

A matéria do Valor destaca que o Banco Central aumentou sua projeção de crescimento do saldo de crédito em 2024 de 8,8% para 9,4%, segundo o Relatório de Inflação (RI) trimestral de março, divulgado na semana passada. O crescimento do crédito livre para pessoas físicas passou de 9% para 10%, enquanto para as empresas subiu menos, de 7% para 7,5%.

O texto acrescenta que, na ata da reunião de março, divulgada também na semana passada, o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC destacou que o crédito, além da renda, tem se comportado de forma a atenuar a desaceleração da atividade no período recente e citou “o ciclo de crédito em fase de retomada” como um dos fatores que devem levar a um “consumo resiliente”.

Retomada do consumo

Ao longo de 2022, ambas as categorias de concessão de crédito estavam em queda, “seja porque, do lado da demanda, as pessoas estavam muito endividadas, seja porque, do lado da oferta, os bancos colocaram um freio”, recorda Caruso, na matéria do Valor.

Desde meados de 2023, porém, enquanto a porção de crédito mais ligada à dívida seguiu em contração, a parte de consumo se estabilizou e, então, começou a subir, abrindo o que eco-

Reprodução



Alta no consumo é resultado de medidas do governo Lula, como o aumento dos investimentos federais, a ampliação de crédito pelos bancos públicos e a renegociação de dívidas

nomistas chamam de uma “boca de jacaré” em relação ao outro indicador.

“É como se tivesse ocorrido uma arrumação na casa, tanto por parte das famílias quanto dos bancos, e, agora, vemos um começo de volta da confiança de se tomar e ofertar crédito. Parece uma condição melhor de contorno do consumo e do crédito das famílias”, diz o economista.

PIB

A notícia destaca também que, em 2023, o PIB subiu 2,9% e, para 2024, a expectativa é que avance 1,85%, segundo a mediana das estimativas do Focus, pesquisa do Banco Central com agentes do mercado. Mas instituições financeiras têm elevado suas projeções, em parte, exata-

mente por causa dos sinais vindos do crédito.

O Itaú Unibanco, conforme o Valor, incorporou uma perspectiva mais positiva para concessões de crédito, especialmente à pessoa física e habitacional, na sua última revisão de PIB para 2024, de 1,8% para 2%. Já segundo o BTG Pactual, dados de crédito de janeiro sinalizam que a aceleração projetada acontecerá mais cedo do que o esperado. O BTG projeta alta de 2,3% para o PIB do Brasil em 2024.

“O crédito nunca salva o PIB do Brasil, porque ele é pró-cíclico, ou seja, ele anda quando o PIB já começou a andar. Mas é um reforço, um propulsor para a atividade. Se a pessoa ia consumir ‘x’ sem crédito, com crédito ela pode consumir ‘2x’”, explica Caruso.



DIA D ENDOSSA LUTA DO PT PARA RECONQUISTAR ESPAÇO NOS MUNICÍPIOS

Iniciativa, que acontece nos dias 6 e 7 de abril, pretende mobilizar todas as pré-candidaturas do partido rumo às Eleições Municipais; inscrições vão até o dia 5

Henrique Nunes

O retorno de Lula ao Governo Federal trouxe paz e alento para a maioria da população e barrou o projeto autoritário e golpista de Jair Bolsonaro. O próximo desafio é reconquistar espaço nos municípios e eleger o maior número de candidatos e candidatas por todo o Brasil nas eleições de 2024.

Para dar a largada na disputa, o Partido dos Trabalhadores, com o apoio da Fundação Perseu Abramo e da Escola Nacional de Formação, convoca os Diretórios Municipais para o “Dia D, Jornada de Mobilização e Planejamento”. A iniciativa, que ocorre entre 6 e 7 de abril, tem o objetivo de organizar as campanhas nas cidades e iniciar um calendário de mobilização. As pré-candidaturas podem ser registradas até o dia 5.

Paulo Okamoto, presidente da Fundação Perseu Abramo, comentou a iniciativa, que considera o momento de virada de chave para as eleições. “O Dia D será o ponto de partida para uma série de outras ações cujo objetivo é ampliar a influência do partido, do eleitor e da eleitora que vivem longe das capitais”, avaliou.

“A vitória de Lula freou, mas não acabou com o projeto da extrema-direita, que tem sua base eleitoral justamente no interior do país. É urgente levar a nossa mensagem, que é em defesa da democracia e dos direitos da classe trabalhadora, para todos os cantos. Os nossos candidatos, tanto no Executivo quanto no Legislativo, serão os porta-vozes dessa mensagem”, completou Okamoto.

Como se candidatar

As candidaturas poderão ser inscritas até o dia 5 por meio da plataforma Candidate-se, disponível dentro da Área PT e da Casa

Reprodução



13. Cabe aos Diretórios Municipais concluir as inscrições, tanto de quem já tem mandato quanto de quem se lançará na disputa após a realização das plenárias do partido nos municípios.

Todas as pré-candidaturas, que serão analisadas internamente, receberão material de orientação para a disputa, com programas de governo alinhados ao governo federal, sem excluir demandas específicas da realidade de cada município.

Pelas redes sociais, o deputado federal e secretário Nacional de Comunicação do PT, Jilmar Tatto, lembrou que o Dia D terá a participação de diversas outras áreas do partido. “Estaremos todos juntos, recebendo as orientações de como nos preparar e disputar as Eleições em outubro próximo”, resume.

O que fazer antes e depois do Dia D

Quem pretende se candidatar precisa ter em mente questões como expectativas de votação, possíveis redutos eleitorais, capacidade de mobilização, entre outros pontos. As informações detalhadas podem ser encontradas em uma cartilha, que foi elaborada de forma a se apresenta

didaticamente. Estará disponível para acesso no site da Fundação Perseu Abramo

Caso a pré-candidatura se confirme, os nomes envolvidos terão que montar uma agenda de mobilização, que será realizada em datas definidas pelo partido. Outra etapa é o lançamento das pré-candidaturas em todas as regiões da cidade, com o objetivo de conquistar o maior número de eleitores e eleitoras possível.

FPA nas Eleições

Além de ajudar a formatar o Dia D, a Fundação Perseu Abramo tem realizado diversas outras iniciativas por meio do projeto FPA nas Eleições. Uma delas foi a criação de uma plataforma onde é possível enviar propostas que possam contribuir com melhorias na vida da população.

A plataforma é administrada pelos Núcleos de Acompanhamento de Políticas Públicas (Napps) da Fundação, responsáveis também pela organização e validação das propostas recebidas. Nas últimas semanas os Napps vêm realizando debates temáticos com a participação de lideranças políticas, especialistas e representantes da sociedade civil.

“É ESSENCIAL QUE TENHAMOS O CUIDADO DE CONSTRUIR NOSSO PROGRAMA DE GOVERNO EM DIÁLOGO COM A POPULAÇÃO”

Doze anos após minha primeira disputa eleitoral, o deputado estadual Lúdio Cabral (PT-MT) Lúdio Cabral se prepara para concorrer, à prefeitura de Cuiabá, capital do estado. Em entrevista à Focus, Lúdio conversou sobre sua trajetória, a carreira como médico e político e os desafios da corrida eleitoral. “Minha militância na saúde e os ensinamentos da minha família me trouxeram para a política. Sou filho de trabalhadores. É deles que trago o importante ensinamento de dedicar-me ao estudo e às pessoas, sem nunca esquecer o caminho que percorri”.

Fernanda Otero

Lúdio Cabral, atualmente deputado estadual em segundo mandato pelo estado do Mato Grosso, é o pré-candidato do Partido dos Trabalhadores a ocupar o cargo de prefeito a partir de janeiro de 2025 em Cuiabá, a capital que combina uma rica história cultural com um expressivo crescimento econômico. Casado e pai de cinco filhos, o médico sanitário escolheu a cidade para realizar

o sonho de estudar em uma universidade pública, e tem um propósito bem definido de “fazer da questão ambiental o ponto central do debate eleitoral”.

Economicamente, Cuiabá destaca-se como um polo de grande riqueza, principalmente devido à agropecuária, um setor forte na região e reconhecida como uma das maiores produtoras de soja, algodão e gado do Brasil. O médico ressalta que isso representa “a maior de todas as con-

tradições”, já que o modelo de exploração econômica presente no território, com latifúndios, monocultura, produção voltada para a exportação sem contribuição de impostos, uso excessivo de agrotóxicos e a destruição do Cerrado, da floresta e do Pantanal, demandam atenção e abertura ao diálogo. Ele reflete que este é “o paradoxo que nossos governos sempre enfrentaram e continuam enfrentando”.

Filiado ao PT desde a década



de 1990, ex-vereador e segundo colocado nas eleições municipais de 2012, Cabral também foi candidato a governador do estado em 2014. Ele está ciente dos desafios políticos e econômicos que terá de enfrentar para conquistar a maioria nas urnas em outubro de 2024.

- Para começarmos, o senhor poderia se apresentar aos nossos leitores, passando por suas origens e formação?

- Sou Lúdio Cabral, médico sanitariano, nascido no interior de Goiás fui criado em uma cidade chamada Cachoeira Alta. Vim para Mato Grosso menino, em 1985, morar em uma cidade onde nasce o Pantanal, Cáceres, às margens do Rio Paraguai. Foi lá que completei o meu segundo grau e, aos 14 anos, obtive meu primeiro emprego com carteira

assinada como bancário, função que exerci até meus 18 anos. Me mudei para Cuiabá para realizar o sonho que eu alimentava desde a infância: entrar em uma universidade pública e me formar médico. Com felicidade e honra, fui aprovado no vestibular de medicina na Universidade Federal de Mato Grosso em 1990, graduando-me em 1996. Ainda nos primeiros anos fiz uma escolha profissional pela saúde pública. Como bolsista de iniciação científica, estudei o início da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) na faixa de fronteira do estado de Mato Grosso entre 1990 e 1992. Optei pela saúde pública e concluí a residência médica em Medicina Preventiva e Social na USP em Ribeirão Preto. Após ser aprovado em um concurso público aqui em Cuiabá, comecei a trabalhar em 1996 em um posto

de saúde na periferia da cidade. Tenho 27 anos de militância como médico e servidor público na saúde pública, atuando na linha de frente do sistema de saúde. Fui sindicalista e dirigente do movimento estudantil. Me filiei ao PT em 1999 e, em 2004, disputei minha primeira eleição para vereador, permanecendo oito anos no cargo em Cuiabá. Apesar de não termos vencido as eleições para prefeitura e governo do estado, os resultados foram muito positivos. Em 2018, assumi pela primeira vez o cargo de deputado estadual, sendo reeleito em 2022. Hoje, com muita honra, sou pré-candidato a prefeito pelo PT, 12 anos após minha primeira disputa. Comecei com 4% nas pesquisas e terminei o primeiro turno com 42%, quase vencendo as eleições. Fomos superados pelo poder do

dinheiro no segundo turno. Minha militância na saúde e os ensinamentos advindos da minha família me trouxeram para a política. Sou filho de trabalhadores; meu pai, semialfabetizado por escolha própria, e minha mãe, professora primária. É deles que trago o importante ensinamento de dedicar-me ao estudo e às pessoas, sem nunca esquecer o caminho que percorri. Minha família é católica, cresci nos ritos do catolicismo, mas hoje, casado com uma mulher evangélica, frequento a igreja na qual ela congregava, uma igreja Batista. Essas experiências influenciaram todas as escolhas em minha vida profissional e política.

- Você continua atuando na medicina?

- A medicina é uma vocação permanente, pois você está sempre a postos... Antes da nossa entrevista, por exemplo, me vi examinando uma funcionária do gabinete, que teve um episódio de hipoglicemia e eu estava verificando a frequência cardíaca para descartar qualquer arritmia. Uma vez médico, sempre médico. Mas, desde que me formei em 1996, este é o único período em que estou afastado das atividades médicas em uma unidade de saúde, devido ao exercício do mandato como deputado estadual. A legislação atual não me permite conciliar as duas funções, diferente de quando fui vereador por oito anos, período em que pude manter ambas as atividades. Embora oficialmente licenciado das minhas funções médicas, nunca deixei de estar próximo da medicina e dos inúmeros pacientes com quem mantenho laços há anos. A atuação no parlamento, especialmente em questões relacionadas ao SUS, me mantém conectado ao cotidiano da prática médica. Coincidentemente, durante

meu primeiro mandato como deputado estadual, no segundo ano, enfrentamos a pandemia da COVID-19. Sendo médico sanitário, a epidemiologia é uma ferramenta essencial, e assim tive a oportunidade de unir minha formação como médico ao trabalho parlamentar para combater a pandemia. Lutamos contra a disseminação do negacionismo que, infelizmente, contaminaram uma parte significativa dos governantes, autoridades públicas

MINHA ATUAÇÃO NO PARLAMENTO, ESPECIALMENTE EM RELAÇÃO AO SUS, ME MANTÉM CONECTADO COM A MEDICINA

e, lamentavelmente, também uma parcela da população.

- A atual gestão municipal foi alvo de diversas operações policiais, grande parte delas na área da saúde. Qual a resposta a essa situação?

- A saúde é um tema central, e a população exigirá dos candidatos à prefeitura um posicionamento firme, pois representa o maior desafio enfrentado por nossa população. Existem ques-

tões conjunturais relacionadas ao atual mandato na prefeitura, mas também existem problemas estruturais, antigos e crônicos no nosso sistema de saúde. O principal e mais grave problema é que nosso sistema de saúde não consegue prover atendimento no tempo adequado, com os recursos necessários e com um nível de qualidade superior. Infelizmente, essa situação não é nova e, a partir do aprendizado obtido em mais de 27 anos de atuação na saúde pública, como médico lá na ponta do sistema de saúde, entendo que fortalecer a atenção primária é essencial. É vital promover o cuidado básico da saúde da população no local onde ela vive e trabalha. Abrindo um parêntese, um terço da população economicamente ativa e metade das pessoas com mais de 50 anos sofrem de hipertensão. Este problema, que pode ser facilmente gerenciado, controlado e prevenido na atenção primária à saúde, se negligenciado, leva a complicações que demandam atendimentos de urgência, emergência, internações e até UTI devido às complicações que podem surgir. Portanto, fortalecendo a atenção primária, asseguramos um cuidado de qualidade à nossa população, proporcionando atendimento no tempo certo, com os recursos adequados, e promovendo saúde ao prevenir ou controlar problemas de forma eficaz. Além disso, ao valorizarmos este nível do sistema de saúde, empoderamos a ferramenta mais importante para a saúde da população: o trabalho humano dos profissionais da saúde. Este trabalho na atenção primária não é exclusividade de médicos, enfermeiros ou técnicos de enfermagem, mas envolve também o importante papel de outras profissões, como nutrição, psicologia, educação física e assistência social, criando



uma abordagem multidisciplinar que eleva a qualidade e a complexidade tecnológica do cuidado primário. Na minha visão, a saúde representa o principal problema e o caminho para superar os desafios da saúde passa por priorizar esse campo do cuidado. Sem controle adequado e em tempo oportuno, os custos se tornam exorbitantes, inviabilizando orçamentos e impedindo a obtenção de resultados positivos no sistema de saúde. No caso específico de Cuiabá, todos esses problemas estão na raiz das operações policiais e estão relacionados a um modelo de gestão que pratica a terceirização indiscriminada de atividades-fim no sistema de saúde. A contratação terceirizada, por meio de modalidades contratuais absolutamente precárias, favorece desvios e o mau uso dos recursos públicos. Este é um problema não apenas de Cuiabá, mas também do es-

CUIABÁ TERÁ A OPORTUNIDADE DE VIVENCIAR UM GOVERNO QUE REFLETE NOSSO PROJETO HISTÓRICO

tado de Mato Grosso, como demonstrado pelas operações policiais decorrentes do desvio de recursos também vinculados à terceirização indiscriminada das atividades-fim na saúde, comprometendo a qualidade da assistência e o uso adequado dos recursos públicos.

- O segundo tema é a rejeição pelo tribunal das contas da prefeitura. Como a pré-campanha tem tratado esse tema?

- A reprovação das contas municipais é central nesta discussão, representando um sintoma e um fato inédito. Ela sinaliza uma série de problemas relacionados à gestão financeira do município. Nesta fase de pré-campanha, é essencial que tenhamos o cuidado de construir nosso programa de governo em diálogo com a população. Nosso objetivo é a produção de um diagnóstico aprofundado das contas do mu-

nício, permitindo-nos gerir os recursos de forma adequada e assim maximizar a qualidade dos serviços públicos oferecidos à nossa população. Deste contexto, destaco duas preocupações principais: a primeira é colocar a saúde no centro de nossas atenções; a segunda, ter um diagnóstico detalhado da realidade financeira do município. Isso fundamentará nosso programa de governo, capacitando-nos a realizar aquilo que nos propusermos.

- Segundo dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, SNIS, Cuiabá ficou entre os 5 municípios com maior variação negativa de investimentos em tratamento de esgoto em 2023. Como você pretende tratar o assunto caso seja eleito?

- Esse é um sinal que demonstra a necessidade de cuidados, pois em 2011, vivenciamos o processo de privatização do sistema de saneamento em nossa cidade. Houve um período em que esse processo não avançou e não resultou em melhorias para o sistema de saúde. É importante destacar que, até 2022, foi possível observar um volume significativo de investimentos. No entanto, do ano passado para cá, percebe-se claramente uma perda na qualidade do serviço de saneamento em nosso município. Recentemente, há pouco mais de uma semana, enfrentamos um desabastecimento no sistema de água que afetou uma parte importante da região central da cidade, deixando dezenas de bairros sem acesso à água. O esgoto continua sendo um problema crônico aqui em Cuiabá, uma cidade localizada às margens do rio Cuiabá, que é um patrimônio natural e um dos mais importantes rios que alimentam o Pantanal Mato-Grossense. Resolver isso implica a necessária

aplicação de um volume significativo de recursos, visto que não é barato construir redes de coleta e tratamento de esgoto. Esta é uma demanda que exigirá de nós muita atenção. Apesar dessa situação paradoxal que enfrentamos, temos o desafio de abordar este assunto durante o debate do programa de governo. Atualmente, temos um sistema que é privatizado, resultado de uma concessão da gestão do serviço de saneamento para a iniciati-

**NOSSA REGIÃO
ABRANGE
TRÊS BIOMAS:
AMAZÔNIA,
CERRADO E
PANTANAL, QUE
JUNTOS COMPÕEM
O ECOSISTEMA
ÚNICO DE CUIABÁ**

va privada em 2011. Na época, como vereador, lutamos para evitar que isso acontecesse. Portanto, precisamos conduzir esse debate, incluindo uma discussão sobre o marco legal do saneamento no país e sobre como assegurar investimento público para que possamos efetivar o direito da população ao acesso à água e a serviços de esgoto de qualidade.

- Você tem alguma prioridade, algum tema que receberá mais atenção na construção do programa de governo?

- Precisamos fazer da questão ambiental a questão central no debate das eleições, dado que o aumento do calor pode tornar a cidade inabitável. Precisamos de políticas públicas eficazes para enfrentar essa questão, e não é suficiente apenas lembrar que Cuiabá já foi uma "cidade verde". A necessidade de arborização, a descarbonização da cidade e a construção de corredores verdes são urgentes. Nosso programa deve englobar saneamento, gestão de resíduos sólidos, agricultura nas proximidades da cidade, questões hídricas, construções sustentáveis e a matriz energética. Dispomos da capacidade de gerar energia solar descentralizada por meio de cooperativas populares, o que traria justiça climática à população trabalhadora de Cuiabá, que suporta temperaturas de até 45 graus com transporte precário, trabalho precário e desconforto. Os trabalhadores até conseguem comprar um aparelho de ar-condicionado, mas a conta de luz é tão cara, que eles não conseguem manter o aparelho ligado durante a noite, por exemplo, pois não conseguem pagar a conta de luz. O desafio está em como enfrentar tais condições, garantir conforto à população, assegurar justiça climática e gerar emprego e renda a partir de uma matriz energética alternativa. Propomos a agricultura urbana e a compostagem para melhorar a alimentação escolar e promover uma dieta livre de agrotóxicos, posicionando Cuiabá como um centro de produção agroecológica. Nossa região abrange três biomas: Amazônia, Cerrado e Pantanal, que juntos compõem o ecossistema único de Cuiabá. Os gravíssimos incêndios de 2020 e novamente no

ano passado são consequências da seca no Pantanal, decorrente do desequilíbrio nos outros dois biomas. Os rios que nascem no Cerrado e alimentam o Pantanal estão ameaçados pela devastação prolongada para expansão agrícola. Isso afeta o ciclo de chuvas, crucial para a manutenção do ecossistema do Pantanal. Com cada ano mais quente que o anterior, estudos alertam que Cuiabá pode se tornar inabitável em 10 a 20 anos se não alterarmos essa dinâmica. Medidas devem ser tomadas não apenas pela gestão municipal, mas também em colaboração com o governo estadual e federal. Temos uma dinâmica aqui de realização de rodas de conversa, tendo vivenciado um período intenso de debates internos no PT no último semestre. Após resolvermos as questões sobre a federação, pretendemos levar o debate sobre o programa de governo diretamente às ruas, para discutir com a população. Isso é imperativo e ocorrerá.

- Cuiabá tem uma grande concentração de comunidades indígenas e outros grupos étnicos. Sua pré-candidatura tem projetos para este grupo?

- Sim, Cuiabá é detentora de uma riqueza étnica diversificada em sua população. A cidade abriga uma expressiva comunidade negra, além de povos indígenas. Originalmente, o território onde se encontra Cuiabá era habitado por indígenas. Há, inclusive, comunidades indígenas significativas nos arredores da cidade e uma população desalveada vivendo em Cuiabá. Recentemente, o cenário etnográfico da cidade se enriqueceu ainda mais com as migrações, incluindo comunidades haitianas e venezuelanas, bem como um povo indígena da Venezuela, o povo Warao. Essa diversidade

étnica e cultural representa uma riqueza, mas, ao mesmo tempo, impõe desafios às políticas públicas. Para efetivamente organizar o sistema de saúde, a educação pública e pensar no desenvolvimento econômico da cidade, é necessário estabelecer um diálogo que leve em consideração as características culturais dessas variadas populações. Temos trabalhado neste sentido, com uma preocupação de que em todas as políticas exige uma compre-

TEMOS A OPORTUNIDADE DE CONSTRUIR UMA CANDIDATURA PROGRESSISTA, ALINHADA AO GOVERNO FEDERAL

ensão transversal, visando reconhecer, respeitar e acolher as especificidades dessas diversas populações.

- Considerando o provável cenário eleitoral, existe a possibilidade de sua vice ser uma mulher? E, para encerrar, como o PT está preparado para assumir a prefeitura em 2025

- Ainda é muito precoce falar em formação de chapa, mas estamos dialogando para construir um projeto muito interessante

para a nossa cidade, e isso inclui o atual ministro da Agricultura e presidente estadual do PSD. Temos dialogado com a Rede Sustentabilidade e outras personalidades históricas, com políticos experientes, com o partido Cidadania. Estamos também em diálogo com o PSDB e o PSB. Isso significa uma visão ampliada, incluindo a população, que considero o mais vital de tudo. A eleição em Cuiabá promete ser bastante disputada, com candidaturas fortes representando a extrema direita e a política tradicional. Temos a oportunidade de construir uma candidatura progressista, alinhada com a aliança que governa o país. As pesquisas já nos colocam em uma posição promissora, o que destaca a importância de uma campanha de debates intensos. Já estivemos perto de vencer em Cuiabá, mas enfrentamos resistência ao PT. Compreender e superar essa resistência, com humildade, é crucial para conquistarmos o governo da cidade. Estou confiante de que, estabelecendo um diálogo positivo e de aprendizado com a população, especialmente com aqueles resistentes ao nosso partido, Cuiabá terá a oportunidade de vivenciar um governo que reflete nosso projeto histórico, enriquecido por diversas lideranças, quadros técnicos, empresários, acadêmicos, a população trabalhadora e entidades da sociedade civil. Um governo aberto é essencial para superarmos os desafios estruturais de saúde, saneamento, diversidade cultural e étnica, entre outros, considerando também a pauta ambiental como central para o futuro da cidade. Somente com humildade e colaboração construiremos um governo que proteja nossas águas, promova a agroecologia, explore o potencial turístico e cultural da cidade, beneficiando toda a população.

CINECLUBES FORTALECEM A CULTURA E AMPLIAM O ACESSO ÀS OBRAS MATOGRÁFICAS

MinC publica cartilha para incentivar a formação e organização dos espaços pelo país

Os cineclubes, espaços de encontro e apreciação cinematográfica, têm desempenhado um papel fundamental na difusão e acesso à cultura cinematográfica e na formação de plateias críticas em todo o país. Com o objetivo de orientar e incentivar a organização de cineclubes pelo Brasil, o Ministério da Cultura (MinC), por meio da Secretaria do Audiovisual (SAV), publicou, nesta quinta-feira (28), a cartilha 'Cinema perto de todos, cineclubes em todo lugar!'.

A publicação reúne informações sobre a história do cineclubismo no Brasil e como organizar um cineclubes, desde a escolha do espaço até a seleção de filmes e a realização de debates. Além disso, o material destaca a importância dos cineclubes como agentes de transformação social, capazes de promover o diálogo e a reflexão crítica, especialmente entre os jovens.

Segundo Thay Limeira, chefe



Wilson Dias/Agência Brasil

de Divisão de Políticas para Cineclubismo e Pontos de Exibição da SAV, os cineclubes desempenham um papel fundamental na democratização do acesso à cultura e na valorização da diversidade cultural brasileira.

“Os cineclubes são espaços onde toda a cultura audiovisual é oxigenada. Possibilita ao espectador o acesso à pluralidade de obras de diferentes linguagens cinematográficas. Isso também se estende ao acesso ao nosso cinema brasileiro, se levarmos em consideração que aproximadamente 13% de todo conteúdo brasileiro produzido chega às salas comerciais”, disse.

Democratização

A ideia da cartilha, conforme explica Thay Limeira, surgiu a partir de um mapeamento da SAV para a 13ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos, que iniciou no dia 25 de março e vai até

o dia 24 de abril, de forma descentralizada e gratuita em todo o país.

“Nós habilitamos 257 pontos exibidores nas 27 Unidades Federativas. Boa parte desses pontos não são cineclubes declarados. São pontos exibidores com potencial, vocação e estrutura de exibição audiovisual. A partir dessa perspectiva, a SAV entendeu a importância de elaborar uma cartilha e disponibilizar mais informação com o intuito de estimular o movimento cineclubista”, explicou.

Conforme a cartilha, os cineclubes podem ser formais ou informais e, muitas vezes, são associados a instituições culturais ou educacionais, como escolas, universidades e movimentos sociais. Geralmente, é organizado por um grupo de pessoas interessadas em cinema, que se reúnem regularmente para assistir a filmes e debater suas temáticas, linguagens e estilos.

LIANA PADILHA PULSA, VIVE, ELETRIZA E SE ETERNIZA. A MÚSICA NÃO MORRE.

Luiz Dias

O Baile de Peruas que envolve, sensualiza e entorpece as noites, baladas, conversas e até mesmo a solidão de dançar consigo mesmo, nos deixa neste plano, e segue vivo em nossos corações e boas memórias.

Liana Padilha, metade do duo "NoPorn" (junto a Lucas Freire) com mais de 20 anos de correria e carreira no duo, faleceu aos 60 anos, no último mês de março, vítima de câncer de fígado, nos deixando as potentes mensagens sobre o desejo, o gozo e o ser mulher, a liberdade sexual e do corpo feminino.

O duo embalou noites emblemáticas na cena noturna de São Paulo e do mundo todo, em festivais de música como Burning Man, MECA, The Town, Coquetel Molotov, além de galerias de arte e eventos culturais. Com um som envolvente, hedonista, caloroso, intimista e instigante faz com que na pista você sue e num papo você reflita. É essa a ideia. Dançar com a cabeça. E isso, sempre muito bem executado, tiveram como fruto muitos sucessos na noite como Adoro DJ's, Xingu, Baile de Peruas, Geleia de Morango e Cavalão.

Sua abordagem experimental e seu compromisso com a inovação continuam a atrair fãs e admiradores, consolidando-os como uma das duplas mais interessantes e provocativas da cena musical contemporânea.

Além de sua música, Liana Padilha também é reconhecida por seu trabalho como artista visual. Ela cria arte que complementa a música de NoPorn, adicionando outra camada de profundidade e significado às suas apresentações ao vivo e lançamentos musicais.



Gleason Paulino

NoPorn é conhecido por seu estilo musical único, que incorpora uma mistura de eletrônica, ambientalismo e elementos visuais. Suas performances ao vivo são frequentemente descritas como experiências imersivas, que envolvem o público em uma jornada sensorial e emocional.

Agora, no tecido da eternidade, entre os ecos de melodias que transcendem o tempo, encontramos o brilho de uma estrela que agora ilumina o cosmos com sua presença inesquecível. Liana Padilha, uma alma vibrante, uma força da natureza, uma criatura de luz que pulsa além das fronteiras do espaço e do tempo. Não é nem será tempo de lamentar uma partida, mas para celebrar a jornada magnífica de uma artista que tocou nossas vidas de maneiras indeléveis.

Liana não apenas nos encantou com sua música, mas nos desafiou a questionar, a refletir, a sonhar além dos limites impostos pelo mundo ao nosso redor. Em sua arte, encontramos uma expressão pura da alma humana, um espelho que reflete as complexidades, as paixões e os mistérios que habitam dentro de nós. Você nos ensinou que a verdadeira beleza reside na autenticidade, na coragem de sermos quem somos, sem

medo ou hesitação.

E assim, enquanto lamentamos a perda de sua presença física, encontramos consolo na certeza de que sua música, sua arte, sua essência, continuarão a ecoar nos recantos mais profundos de nossos corações. Pois Liana não é apenas uma lembrança passageira, mas sim uma inspiração eterna, uma chama que nunca se extinguirá.

Que sua jornada além desta vida seja tão extraordinária quanto sua presença aqui na Terra. Que ela encontre paz, felicidade e realização em cada esquina do universo, enquanto continua a tecer os fios da música e da poesia nos vastos horizontes do infinito.

Até nos encontrarmos novamente nos palcos do eterno, onde as estrelas dançam ao som de sua melodia imortal, saiba que sempre será amada, lembrada e reverenciada por todos aqueles cujas vidas ela tocou com sua graça, sua paixão e sua arte transformadora.

*"E meu olhar chegar a tempo
Eu estarei pronto
Vidas depois
Instantes tonto
Eu estarei atento
Até meu olho rir
Da forma mais bonita"*



O plano de ação entre Brasil e França existe desde 2006 e agora foi redefinido com uma série de ações de parcerias, dentro de uma nova estratégia chamada Mapa do Caminho

PASSAGEM DE MACRON PELO BRASIL AMPLIA PARCERIA DO BRASIL COM A FRANÇA

“O Brasil e a França estão decididos a trabalhar juntos para promover, pelo debate democrático, uma visão compartilhada de mundo”, afirmou Lula. Mais de 20 acordos foram assinados

Agência PT

A assinatura de mais de 20 atos de cooperação dentro do novo Plano de Ação da Parceria Estratégica Brasil França marcou o último dos três dias da visita do presidente francês Emmanuel Macron ao Brasil.

Em solenidade no final da manhã desta quinta-feira, 28, no Palácio do Planalto, Macron, que

retorna ao Brasil em novembro para a Cúpula do G20 e no ano que vem para a Conferência do Clima da ONU (COP 30) em Belém, declarou que apoiará Lula em “todos os projetos ambiciosos” para o G20 para a COP 30.

“A visita foi maravilhosa e as discussões foram excelentes. Hoje inauguramos uma nova página dessa parceria estratégica com decisões fortes que tomamos. Estamos honrados de estar ao seu lado, presidente Lula”,

exaltou Macron que começou a agenda em Belém na terça-feira e visitou também o Rio de Janeiro e São Paulo.

No atual contexto de grande complexidade do cenário internacional, o presidente Lula ressaltou que o diálogo entre os dois países “representa uma ponte entre o sul global e o mundo desenvolvido em favor da superação de desigualdade estruturais e de um planeta mais sustentável”.



Em seu perfil na rede X, o presidente Lula registrou que a “verdadeira maratona” que o presidente Macron está fazendo no Brasil dá a dimensão da amplitude dos laços de cooperação e amizade entre a França e o Brasil. “Dentre as potências tradicionais, nenhuma é mais próxima do Brasil do que a França”, postou o presidente.

Os acordos assinados por Lula e Macron alcançam diversas áreas como de cooperação jurídica internacional em matéria penal, declaração de intenções relativo ao reforço da cooperação na luta contra o garimpo ilegal, carta de intenções sobre a cooperação entre o Parque Amazônico da Guiana e o Parque das Montanhas de Tumucumaque e declaração de intenções destinada a reforçar a cooperação franco-brasileira, para garantir a integridade do espaço informativo.

Como símbolo da renovação da parceria entre os dois países, o presidente Lula afirmou que foi instituído um novo plano de ação que estende a colaboração para áreas como financiamento da

transição ecológica e energética, bioeconomia, agricultura, administração pública, temas digitais, inteligência artificial e direitos humanos e igualdade de gênero passarão a ocupar a agenda bilateral.

Mapa do Caminho

O plano de ação entre Brasil e França existe desde 2006 e agora foi redefinido com uma série de ações de parcerias, dentro de uma nova estratégia chamada Mapa do Caminho. Ele orienta as principais ações, atualizadas de acordo com as novas necessidades dos dois países e como ele deverá ser implementado.

Essa gama de assuntos se reflete nos acordos assinados com a França, terceiro maior investidor no Brasil com forte presença nos setores de hotelaria, energia e defesa e de alta tecnologia. Para Macron, os muitos protocolos assinados vão marcar as reações Brasil e França nos próximos anos, a serviço de uma amizade recíproca.

“O senhor está convidado em

2025 para uma visita de estado à França, para que continuemos a manter essa amizade e festejar os 200 anos de relações diplomáticas dos dois países”, disse Macron ao final do discurso que começou com o registro dos ataques à Praça dos Três Poderes, “que foi atacada pelos inimigos da democracia e destaque a maneira como o Brasil conseguiu reconstituir os equilíbrios da democracia”, exaltou.

“Ninguém está a salvo de forças muito extremas que vêm estremecer a democracia e a força da democracia do Brasil resistiu a isso”, reconheceu Macron que, ao descer do carro e antes de subir a rampa do Palácio do Planalto, assistiu na Praça dos Três Poderes a uma breve apresentação da Orquestra Maré do Amanhã, que ensina música clássica e transforma a vida a crianças e adolescentes do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro.

Reforma da governança global

Ao reafirmar a necessidade

de resultados práticos na próxima reunião do G20 que será realizada no Brasil em novembro, o presidente Lula voltou a defender mudanças em órgãos internacionais como o Conselho de segurança da ONU e pediu o fim dos conflitos na Faixa de Gaza.

“O Brasil e a França estão decididos a trabalhar juntos para promover, pelo debate democrático, uma visão compartilhada de mundo. Uma visão fundamentada na prioridade da produção sobre a finança improdutiva, da solidariedade sobre o egoísmo, da democracia sobre o totalitarismo, da sustentabilidade sobre a exploração predatória”, assinou.

“Concordamos que o G20 deve transmitir uma mensagem inequívoca sobre a necessidade de reforma da governança global e de fortalecimento do multilateralismo. É hora dos super ricos pagarem sua justa contribuição em impostos conforme a proposta de tributação internacional justa e produtiva que o Brasil defende”, assinalou Lula ao reiterar a Macron a crença inabalável do Brasil no diálogo e na defesa da paz.

A paralisia do Conselho de Segurança frente a guerra na Ucrânia e em Gaza são alarmantes e inexplicáveis, avaliou Lula, ao pontuar que o Brasil rechaça categoricamente todas as manifestações de antissemitismo e islamofobia.

“Não podemos permitir que a intolerância religiosa se instale entre nós. Judeus, muçulmanos e cristãos sempre viveram em perfeita harmonia no Brasil, ajudando a construir o país moderno de hoje.”

Coletiva

Perguntado pela imprensa sobre a guerra entre Ucrânia e Rússia, Lula avisou que é um pacifista



e que espera ser convidado para discutir a paz.

“A gente não quer guerra. A gente tem que lutar muito contra a desigualdade. É tanta desigualdade que não tenho tempo de pensar em outra guerra. Eu tenho muitas guerras nesse país e, agora, uma nova guerra para garantir o funcionamento das instituições democráticas e garantir a sobrevivência da democracia, contra o autoritarismo, o totalitarismo, a extrema-direita e a barbárie”, assinalou.

Lula disse ainda que é preciso criar condições de encontrar um jeito de voltar à mesa de negociação porque “a guerra só vai ter uma solução que vai ser a paz. Em algum momento eles vão ter que sentar e chegar à conclusão de que não valeu a pena o que foi feito até agora”, alertou.

Sobre o Mercosul, Lula disse que o Brasil não está negociando com a França. “O Mercosul está negociando com a União Europeia. Não é um acordo bilateral entre Brasil e França, é um acordo comercial de um conjunto de

países do Mercosul de um lado e a União Europeia com seus países do outro”, afirmou Lula, ao salientar que o acordo proposto agora é muito mais promissor que o anterior. “Vamos continuar conversando”, informou.

Condecorações

Antes de falar com a imprensa e após a assinatura dos atos, o presidente Lula condecorou o presidente francês com o Grande Colar da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, originário da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, criada em 1932 para brasileiros e estrangeiros “dignos do reconhecimento da nação brasileira”. Destinado exclusivamente a chefes de estado, o colar é a mais alta condecoração brasileira atribuída a estrangeiros.

Em seguida, Macron condecorou a primeira-dama Janja com a Insígnia da Ordem Nacional da Legião de Honra no grau de oficial. O presidente Lula foi nomeado na insígnia mais elevada dessa ordem anteriormente.

GAZA: COM ABSTENÇÃO DOS EUA, CONSELHO DE SEGURANÇA APROVA CESSAR-FOGO

Fernanda Otero

Após 171 dias de conflito e tentativas para conseguir uma trégua em Gaza, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou uma resolução de cessar-fogo imediato na região do conflito. A resolução também exige a liberação imediata e incondicional de todos os reféns, bem como a garantia de acesso humanitário para atender às necessidades médicas e humanitárias.

A proposta foi apresentada conjuntamente por 10 membros do conselho: Argélia, Equador, Guiana, Japão, Malta, Moçambique, Coreia do Sul, Serra Leoa, Eslovênia e Suíça. A aprovação foi aplaudida antes mesmo do anúncio do resultado, assim que perceberam a abstenção dos Estados Unidos.

O Conselho de Segurança é composto por 15 membros, sendo 5 membros permanentes com poder de veto: Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e República Popular da China. O Japão ocupa a presidência rotativa em março, representado pelo embaixador Yamazaki Kazuyuki. A resolução em questão recebeu 14 votos favoráveis.

O representante da Rússia, Vassily Nebenya, propôs uma emenda oral para incluir a palavra "permanente". "Qualquer coisa diferente pode significar permissão para Israel continuar seus ataques", disse ele. Com os votos a favor da Argélia, China e Rússia; o voto contra dos Estados Unidos e 11 abstenções, a emenda foi re-

jeitada por não alcançar o número necessário de votos.

A resolução exige um cessar-fogo imediato pelo mês do Ramadã, um período sagrado para os muçulmanos que começou em 10 de março e termina em 9 de abril. O Conselho enfatizou a necessidade urgente de expandir a assistência humanitária e fortalecer a proteção dos civis em Gaza, além de exigir a remoção de todas as barreiras à assistência humanitária, em conformidade com o direito humanitário internacional.

O embaixador da França, Nicholas de Rivière, declarou que "o silêncio do Conselho de Segurança sobre Gaza estava se tornando ensurdecedor" e que era chegada a hora de o Conselho "finalmente contribuir para encontrar uma solução para a crise". O embaixador da China, Zhang Jun, disse que "para as vidas que já se perderam, a resolução do Conselho chega tarde demais".

O Observador Permanente do Estado da Palestina, Riyad Mansour, classificou a resolução como um "voto tardio para a humanidade prevalecer". Segundo Mansour, é um momento decisivo para conduzir à salvação de vidas na região.

Reação de Israel

A abstenção dos EUA provocou uma imediata resposta do primeiro-ministro israelense, Benjamin Netanyahu. Israel cancelou a visita a Washington de uma delegação de alto nível para discutir uma ofensiva israelense à cidade de Rafah, localizada ao sul de Gaza. Os EUA manifestaram sua objeção a essa ação.

O porta-voz de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, em coletiva de imprensa, disse que a Casa Branca estava "perplexa" com o cancelamento da visita. Kirby também afirmou que a votação da ONU não representava "uma mudança na política dos EUA".

Kirby anunciou que Biden toma decisões com base nos interesses de segurança nacional dos Estados Unidos, e que a decisão de se abster da resolução estava alinhada com esses interesses e com as preocupações de segurança nacional do povo de Israel e acrescentou que o texto final não continha a linguagem-chave que condenava o Hamas.

Repercussão

Para o Jornal The Guardian, do Reino Unido, a decisão dos EUA isolou Israel. O jornal publicou uma reportagem apontando a crescente frustração em Washington com a insistência do primeiro-ministro israelense em levar adiante o ataque a Rafah.

O site Jacobin dos EUA, publicou um artigo do fundador do Voz Judia pela Paz na Irlanda, Professor Laurence Davis. O professor analisa que a mudança do presidente Biden deveria trazer preocupações éticas e humanitárias, incluindo o risco iminente de fome afetando mais de um milhão de pessoas. Ele ponderou que a abstenção indicaria uma possível mudança, mas ainda insuficiente, pois, apesar de decisões judiciais e pressão popular, Biden mantém seu apoio a Israel.

Com informações da ONU, The White House, The Guardian e Jacobin USA



29 de março de 2010

PAC TROUXE DE VOLTA À AGENDA NACIONAL O PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO EM INFRAESTRUTURA

O Brasil atravessou três décadas sem planejamento estratégico em infraestrutura de grande porte. A história começou a mudar quando Lula lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), em 2007, retomando investimentos em setores estruturantes, como energia, transporte, recursos hídricos, habitação, mobilidade urbana, urbanização, saneamento, entre outros.

O PAC gerou emprego e renda e estimulou o investimento público e privado. A segunda etapa do programa incorporou ações de infraestrutura social e urbana nas áreas de educação,

saúde, cultura, esporte e lazer para enfrentar os problemas das grandes cidades brasileiras.

Em março de 2010, o governo lançou o PAC 2. De 2007 até junho de 2016, o PAC executou R\$ 3,3 trilhões em investimentos em valores corrigidos pela inflação para fevereiro de 2022. Além de investimentos diretos do Orçamento Geral da União (OGU), o PAC contou com recursos de estados e municípios, - em parte financiados pelo BNDES - de empresas estatais e da iniciativa privada. Do total de investimentos executados pelo PAC, R\$ 939 bilhões vieram das

empresas estatais e R\$ 638 bilhões, do setor privado.

Foram 11.912 km de rodovias concluídos e 6.409 km em obras, 3.470 km de ferrovias em construção, 58 empreendimentos concluídos em aeroportos, 41.268 MW adicionados ao parque gerador de energia, 28.460 km de novas linhas de transmissão.

O PAC tinha mais de 45 mil ações em todo o Brasil. O valor em obras concluídas até junho de 2016 totalizou R\$ 2,4 bilhões, ou seja, o equivalente ao PIB de um país como a Áustria.

Em 2023, o governo federal relançou o programa.

31 de março de 1964

GOLPE MILITAR DEPÕE GOVERNO CONSTITUCIONAL

Na noite de 31 de março, o general Olímpio Mourão Filho, comandante da 4ª Divisão de Infantaria, sediada em Juiz de Fora (MG), manda sua tropa marchar em direção ao Rio, precipitando o golpe que vinha sendo articulado por generais, empresários e governadores de oposição ao governo Jango. No dia seguinte, as tropas que partiram do Rio para garantir a ordem confraternizaram-se com os rebeldes. O general golpista Arthur da Costa e Silva declarou-se titular do Ministério da Guerra (antigo nome do extinto Ministério do Exército), sem encontrar resistência por parte da oficialidade leal ao governo.

A sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), onde se tentava articular a resistência ao golpe, foi incendiada com a conivência da polícia do governador da Guanabara, Carlos Lacerda, da UDN. Tropas reprimiram manifestações em defesa do governo no Rio, em Porto Alegre e em outras capitais.

No dia 2 de abril, sem apoio militar, Goulart saiu de Brasília e foi para o Rio Grande do Sul. A oposição consumou o golpe no Congresso, declarando vaga a Presidência da República, embora Goulart não tivesse renunciado ao cargo nem deixado o país. O presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, assumiu o lugar de Jango, subordinando-se a uma junta militar. A repressão foi generalizada e logo começaram as prisões em massa. Passados dois dias, Jango exilou-se no Uruguai.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@memorialdademocracia.com.br fpabramo.org.br



01 de abril de 1955

CONSTRUÇÃO DE BRASÍLIA: UMA CAPITAL NO INTERIOR

Brasília foi sonhada durante mais de dois séculos, com projetos esboçados ainda na fase colonial. Uma capital no interior do país garantiria a soberania nacional sobre os vastos territórios despovoados e mal explorados, proporcionaria mais segurança política e, principalmente, interiorizaria o desenvolvimento, até então restrito ao litoral.

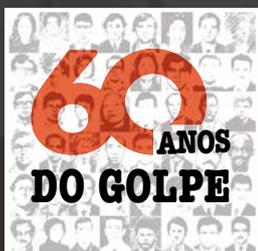
O presidente Getúlio Vargas debruçou-se duas vezes sobre a ideia. Primeiro no Estado Novo, quando lançou, na década de 1940, a Marcha para o Oeste, mas acabou cedendo a outras prioridades. A proposta reapareceria no artigo 4º das Disposições Transitórias da Constituição de 1946. Em 1953, Getúlio, já presidente eleito, criou a "Comissão de Localização", presidida pelo general José Pessoa, que iria a campo no turbulento ano de 1954, concluindo seus trabalhos já no governo de Café Filho.

Não foi acidental, portanto, o episódio apontado como decisivo para a realização do velho sonho. Candidato a presidente, Juscelino Kubitschek participava de um comício na cidade goiana de Jataí, em 1955. Do meio do povo, um popular o interrompeu com uma pergunta: já que o candidato falava tanto em cumprir a

Constituição, cumpriria o artigo que previa a mudança da capital para o Planalto Central? Juscelino titubeou por um momento, mas assumiu o compromisso. Os técnicos que elaboravam seu Plano de Metas foram surpreendidos pela inclusão da chamada meta-síntese, a construção de Brasília em apenas quatro anos.

Eleito, o presidente deu início à epopeia que seria uma das maiores provas da capacidade realizadora dos brasileiros. Anos mais tarde, JK diria que o projeto só não foi barrado pela oposição porque a UDN apostava no fracasso da empreitada, cujo efeito seria seu enterro político.

Brasília foi construída entre 1956 e 1960. Durante quatro anos, a paisagem inóspita do Planalto Central brasileiro foi radicalmente alterada pela abertura de largas avenidas e quadras e pela construção de palácios e edifícios. Por trás dessa empreitada estavam vidas que para ali afluíram dos quatro cantos do país em busca de um objetivo comum: participar de um projeto que mudaria o Brasil e suas vidas. Operários, engenheiros, arquitetos, mestres de obra, prostitutas, famílias inteiras, todos com seus sonhos individuais, deram vida ao canteiro de obras e suas imediações.



CICLO DE DEBATES
DITADURA
NUNCA MAIS!

SALVADOR
10.04 | 19H

2º DEBATE

**Apoio dos meios de comunicação
e empresariado ao regime militar brasileiro**

PARTICIPANTES



Emiliano José



Matilde Ribeiro



Luiz Dulci



MEDIAÇÃO
Elen Coutinho



COMENTÁRIOS
Marcelino Galo

EVENTO HÍBRIDO

TRANSMISSÃO :  /FundacaoPerseuAbramo

**SINDAE - SINDICATO DOS TRABALHADORES EM ÁGUA,
ESGOTO E MEIO AMBIENTE NO ESTADO DA BAHIA**
R. Gen. Labatut, 65 - Barris

